



LEI Nº 457/2009/PGMP

INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE  
TOMBAMENTO DE BENS QUE COMPÕEM O  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO-CULTURAL  
DE PARINTINS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **Frank Luiz da Cunha Garcia**, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas no art. 65 da Lei Orgânica Municipal de Parintins.

Faz saber aos cidadãos de Parintins que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada dia 15 de dezembro de 2009, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte

L E I

**Art. 1º.** Fica instituído o Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural, cujo objetivo será a defesa e a preservação do patrimônio histórico e artístico e cultural de Parintins.

**Art. 2º.** O Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural será composto dos seguintes órgãos:

- I - Secretarias de Cultura, de Turismo e do Meio Ambiente, como órgãos gestores do processo de tombamento;
- II - O Conselho Municipal de Cultura, como órgão executor;

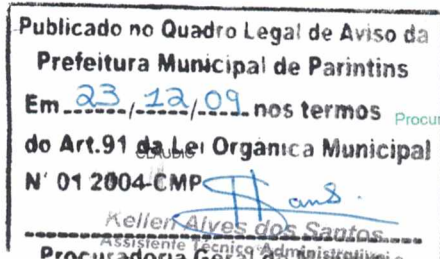
**Parágrafo Único** – Mediante delegação, ou através de convênios, contratos acordos e ajustes, as Secretarias Municipais e outros órgãos ou entidades, públicas ou privadas, poderão intervir no tombamento e colaborar na proteção de bens tombados.

**Art. 3º.** Cabe ao Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural:

- I - dar parecer técnico sobre as propostas de tombamento de bens e seu eventual cancelamento;
- II - fiscalizar a observância do uso para o bem tombado;
- III - opinar sobre os projetos de conservação, reparação e restauração de bens tombados;
- IV - verificar, periodicamente, o estado dos bens tombados e fiscalizar as obras e serviços de conservação dos mesmos;
- V - exercer, em relação aos bens tombados os poderes que a Lei Federal atribui ao instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional quanto aos bens tombados pela União.

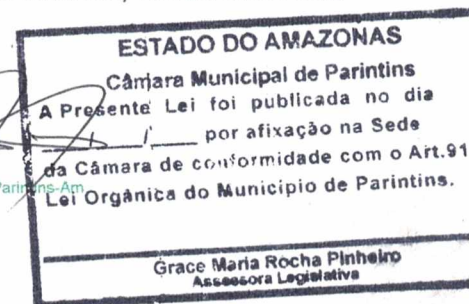
**Art. 4º.** Inicia-se o processo de tombamento por decisão ex-officio, o Conselho Municipal de Cultura remetê-lo-á, através das Secretarias de Turismo, de Cultura ou Meio Ambiente para exame técnico.

**Art. 5º.** As propostas de tombamento deverão ser formuladas, fundamentadas por escrito, delas constando, obrigatoriamente:



**PARINTINS**  
pra viver e amar

Procuradoria Jurídica: Rua Herberth de Azevedo, nº 1486 - Fone/Fax: (92) 3533-1399 Parintins-Am  
E-mail: [procuradoriapin@hotmail.com](mailto:procuradoriapin@hotmail.com)





- I - descrição e exata caracterização do bem respectivo;
- II - delimitação da área objeto da proposta, quando conjunto urbano, sítio ou paisagem natural;
- III - nome e endereço do proprietário do bem respectivo, salvo quando se trata de conjunto urbano, cidade vila ou povoado;
- IV - nome completo e endereço do proponente e menção de ser ou não proprietário do bem.

§1º - Sendo o preponente proprietário do bem objeto da proposta, deverá o mesmo ser instituído com documento hábil de comprovação de propriedade.

§2º - Nos casos de emergência, caracterizada por eminente perigo de destruição, demolição, mutilação ou alteração, assim como de transferências do bem para fora do Estado, a proposta de tombamento poderá ser acolhidas sem os requisitos constantes dos incisos I e IV deste artigo.

**Art. 6º.** Os Secretários de Turismo, de Cultura ou Meio Ambiente, conforme o caso deverá pronunciar-se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre as propostas que lhes forem encaminhadas na forma do artigo anterior.

**Art. 7º.** Serão liminarmente indeferidas as propostas que não atenderem aos requisitos do artigo 5º, ou, ainda, que tenham por objeto bens insuscetíveis de tombamento.

**Parágrafo único.** O indeferimento será comunicado ao preponente, através de ofício.

**Art. 8º.** Deferida a proposta, será aberto o processo de tombamento, pela Secretaria competente, que o encaminhará de imediato, ao Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, para exame técnico.

**Art. 9º.** Iniciado o processo de tombamento por decisão ex-officio, o Conselho Municipal de Cultura remetê-lo-á, através da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, ao Sistema Municipal de Tombamento de Patrimônio Histórico Artístico-Cultural, para exame técnico.

**Art. 10º.** A abertura do processo de tombamento, na forma dos artigos 8º e 9º, assegura ao bem em exame, até a resolução final, o mesmo regime de preservação dos bens tombados, e será anotada em ficha própria, que conterá:

- I - número do processo de tombamento e data de sua abertura;
- II - nome e espécie do bem objeto do processo;
- III - nome e endereço do preponente, e menção de sua qualidade de proprietário ou não do bem objeto do processo;
- IV - nome e endereço do proprietário do bem objeto do processo, se não for preponente;
- V - elemento de notificação a que se refere o artigo 12
- VI - nome do jornal, número de página e data de edição que publicou o edital de notificação a que alude o artigo 11.

**Art. 11.** Após a abertura do processo de tombamento, o Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural, no Diário Oficial e em pelo menos um jornal de grande circulação em Parintins, edital sucinto da medida.



**PARINTINS**  
pra viver e amar

Procuradoria Jurídica: Rua Herberth de Azevedo, nº 1486 - Fone/Fax: (92) 3533-1399 Parintins-Am  
E-mail: [procuradoriapi@hotmail.com](mailto:procuradoriapi@hotmail.com)





**Art. 12.** Se a proposta de tombamento não for do proprietário ou de todos os condôminos do respectivo bem, o Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural notificará-los-á através de Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, anuir à medida ou impugná-la.

**Art. 13.** Oferecida impugnação em prazo hábil, será esta juntada ao processo de tombamento, dando-se vista ao autor da proposta, que terá 30 (trinta) dias para sustentá-la.

**Art. 14.** Concluído o exame e instruído o processo com todos os elementos necessários à decisão, inclusive registro gráfico e fotográfico do bem, o Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural encaminhá-lo-á ao Conselho Municipal de Cultura, através da Secretaria competente, com parecer conclusivo, favorável ou não ao tombamento.

**Parágrafo único** – Da sugestão de tombamento, emitida pelo Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural, constará, de logo, a indicação das medidas acessórias de preservação legal do bem e do seu entorno, se for o caso, as quais integrarão, oportunamente, a inscrição do tombamento.

**Art. 15.** Recebido o processo de tombamento, o Conselho Municipal de Cultura deliberará sobre o mérito, decidindo pelo tombamento ou não do bem respectivo.

**Parágrafo único** – Acolhendo o Conselho Municipal de Cultura, apenas parcialmente a sugestão de tombamento, ou resolvendo alterar aspectos técnicos da preservação sugerida, retornará o processo, através da Secretaria competente, ao Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural, com as recomendações que fizer para novo exame.

**Art. 16.** Decidido o tombamento, por maioria absoluta de seus membros, o Conselho Municipal de Cultura baixara a resolução de tombamento, a qual será encaminhada ao Prefeito Municipal, para homologação, mediante Decreto.

**Art. 17.** O tombamento será efetivo através da inscrição da resolução de tombamento e do Decreto que a homologou num dos seguintes livros de tombo, de acordo com a natureza do bem tombado.

- I - Livro de Tombo dos bens moveis de valor arqueológico, etnológico, histórico, artístico ou folclórico;
- II - Livro de Tombo de Edifícios e Monumentos isolados;
- III - Livro de Tombo de Conjuntos Urbanos e Sítio Históricos;
- IV - Livro de Tombo de Monumentos, Sítios e Paisagens Naturais;
- V - Livro de Tombos de Cidades, Vilas e Povoados.

**Parágrafo único** – Cada livro de tombo poderá ter vários volumes e cada volume terá suas folhas rubricadas pelo Presidente do Conselho Municipal de Cultura, que lavrará, na primeira e última folha, os termos de abertura e encerramento.

**Art. 18.** Após a inscrição, a Secretaria competente comunicará ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional os tombamentos efetivados.



**Parágrafo único** – Sempre que for imóvel o bem tombado, far-se-á idêntica comunicação ao Oficial do registro de imóveis e ao Prefeito Municipal.

**Art. 19.** – Encerado o processo de tombamento, será o mesmo encaminhado ao Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural, que manterá em arquivo.

**Art. 20.** O destombamento de bens, mediante o cancelamento da respectiva inscrição, poderá ocorrer nos termos da legislação pertinente e na forma deste Decreto.

**Parágrafo único** – Poderão propor o destombamento:

I - os membros do Conselho Municipal de Cultura e as pessoas jurídicas de direito público a qualquer tempo;

II - o proprietário do bem tombado, na hipótese do parágrafo 2º do artigo 23.

**Art. 21.** As propostas de destombamento receberão parecer técnico do Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural, antes de serem apreciadas pelo Conselho Municipal de Cultura.

**§1º** - Decidido o destombamento do bem, o que se poderá ocorrer por maioria de dois terços de seus membros, o Conselho Municipal de Cultura baixará resolução, encaminhando-a, através da Secretaria de Cultura, Turismo ou Meio Ambiente. Ao Prefeito Municipal, para homologação.

**§2º** - A resolução de destombamento e o Decreto que a homologar serão publicados no Diário Oficial do Estado e, mediante Edital sucinto, em jornal de grande circulação do Município.

**Art. 22.** O cancelamento da inscrição do bem tombado efetivar-se-á pela oposição de carimbo sobre o texto original de tombamento, no livro de tomo, contendo a palavra “cancelada”, seguida de numero e da data da resolução respectiva e do Decreto que o homologou, e indicação de sua publicação no Diário Oficial.

**Art. 23.** O proprietário do bem tombado, que não dispuser de recursos para obras de conservação e reparação, levará ao conhecimento da Secretaria competente a necessidade das mencionadas obras.

**§1º** Recebida a comunicação, a Secretaria competente remetê-la-á ao Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural, para que sendo as obras necessárias, as faça executar.

**§2º** Não sendo iniciadas sendo iniciadas as obras no prazo de seis meses, poderá o proprietário requerer o destombamento do bem.

**§3º** Havendo urgência na realização de obras de conservação e reparos em qualquer bem tombado, poderá o Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las as suas expensas, independentemente de comunicação a qualquer alude este artigo.

**Art. 24.** O Conselho Municipal de Cultura indicara aos poderes competentes, ouvido o Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural, os locais, ambientes e obras que, por seu valor arqueológico, etnológico, histórico, artístico, bibliográfico, folclórico, paisagístico ou ecológico, devem ser respeitados e preservados por quaisquer formas urbanísticas ou medidas de proteção.



**PARINTINS**  
pra viver e amar

Procuradoria Jurídica: Rua Herberth de Azevedo, nº 1486 - Fone/Fax: (92) 3533-1399 Parintins-Am  
E-mail: [procuradoriapin@hotmail.com](mailto:procuradoriapin@hotmail.com)





**Parágrafo único** – A indicação referida neste artigo far-se-á por meio de resolução, independente da homologação e não acarretando tombamento.

**Art. 25.** O Conselho Municipal de Cultura, por indicação do Sistema Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico-Cultural, recomendará o uso adequado do bem tombado, cabendo a este último órgão exercer fiscalização sobre a observância do recomendado.

**Art. 26.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parintins, 15 de dezembro de 2009.



**Frank Luiz da Cunha Garcia**  
Prefeito Municipal de Parintins



**PARINTINS**  
pra viver e amar